

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS LOCAIS E REGIONAIS

Janaina Natali Antonio¹

Marli Aparecida Alberti¹

Edemilso Pedro Rech¹

RESUMO

O presente trabalho busca realizar uma leitura sobre o desenvolvimento sustentável e o contexto em que esse conceito foi concebido, e algumas contradições que o envolvem. Considerando como fator importante nesse processo as contradições a respeito das relações entre as formas de apropriação da natureza pela sociedade, principalmente relacionada ao modo capitalista de produção e a sua busca pelo lucro. Será abordada a questão econômica que envolve o desenvolvimento sustentável e a necessidade de utilização adequada dos recursos naturais de forma que estes possam ser preservados para as gerações futuras, bem como a importância da realização de iniciativas sustentáveis em âmbito local e regional, que, devido a sua escala, é possível desenvolver ações que podem ter reflexos em âmbito global, e de beneficiar diretamente as populações, que têm buscado modificar a realidade local e discutir o modelo atual de desenvolvimento, como por exemplo, os integrantes de movimentos sociais.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, natureza, sociedade, capitalismo

ABSTRACT

Sustainable development and political relations with local and regional policies.

This paper aims to provide a reading of the concept of sustainable development and the context in which this concept was conceived, and also some contradictions that surround it. Considering as an important factor in this process the contradictions regarding the relations between the forms of appropriation of nature by society, mainly related to the capitalist modes of production and its quest for profit. Issues such as the economic, involving sustainable development and the need for proper

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, PR. Departamento de Geociências. Mestrado em Gestão do Território. E-mails: janaina51@gmail.com, marlilorenzo@yahoo.com.br, edmilsorech@yahoo.com.br

use of natural resources so that they can be preserved for future generations and the importance of achieving sustainable initiatives at the local and regional levels, which because of its scale it is possible to develop actions that may be reflected in global scope, and directly benefit the people, who have sought to change the local reality and discuss the current model of development, such as the members of social movements.

Key words: sustainable development, nature, society, capitalism

INTRODUÇÃO

Até certo tempo, a natureza era vista como independente da ação humana, vista como aquilo que não pode ser produzido, a antítese da atividade produtiva humana, em que o homem era encarado como um ser superior e a natureza um recurso a ser dominado para sua utilização (Smith, 1988). Assim, a concepção de natureza predominante na sociedade ocidental é caracterizada por uma visão dicotomizada da sociedade versus natureza.

A partir do século XIX, houve grande crescimento das ciências na orientação das ações sociais sobre os espaços naturais. No entanto, a forma pela qual aconteceu essa orientação, sempre esteve ligada ao modelo capitalista de desenvolvimento, levando a consolidação de um conceito de natureza que sempre aparece dividido. Isso forneceu uma visão da natureza como fonte de recursos para a promoção do desenvolvimento econômico, recursos a serem utilizados por agentes sociais hegemônicos, em larga escala e sem limites. Em contraponto, a natureza "*natural, equilibrada e harmônica*", que deve permanecer intocada, opõe-se à dinâmica das sociedades (Faria, 2002).

A revolução industrial e o desenvolvimento de novas tecnologias, a despeito dos benefícios reais trazidos para a vida humana, permitiram rápidas e profundas intervenções na natureza e acentuam a ideia de poder e de domínio do homem sobre o mundo (Seara Filho, 2000).

Até os anos de 1970 do século XX, desenvolvimento significava crescimento econômico. A conservação ambiental e a manutenção da qualidade de vida eram consideradas incompatíveis com o desenvolvimento. Por muito tempo, perdurou a tendência da promoção do desenvolvimento econômico, ser atingida com base na ampliação da exploração dos recursos naturais, e do aprimoramento tecnológico (Souza, 2000).

A partir da década de 1970, período marcado por grande recessão econômica mundial devido à crise internacional do petróleo, começaram a surgir novas e decisivas propostas de proteção ambiental, principalmente a respeito da escassez de recursos. Nos Estados Unidos e principalmente na Europa Ocidental, houve uma intensa atividade dos chamados “grupos ecológicos”. As atividades desses grupos conseguiram influenciar a sociedade, transformar as questões ambientais em fatos de natureza política e pressionar as instituições internacionais de financiamento para, progressivamente, mudarem suas posturas diante dos projetos que financiavam.

Em 1972, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, transmitiu uma mensagem de esperança em relação à necessidade e à possibilidade de projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento social e econômico equitativo (ONU, 1972).

A expressão Desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez em 1980, no documento denominado *World Conservation Strategy*, produzido pela atual WWF (World Wide Fund for Nature). De acordo com a “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”, uma estratégia mundial, para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos: a) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do Ser Humano; b) preservar a diversidade genética; c) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana. O objetivo da conservação, segundo esse documento, é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, e esse deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações.

A busca de novos padrões de desenvolvimento ganhou ênfase a partir do relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado em 1989, como o Relatório Brundtland, no qual o desenvolvimento sustentável é o caminho apontado para o estabelecimento de bases para o futuro da humanidade. Essa comissão em seu relatório definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMDA, 1998). O relatório de encerramento dos trabalhos da referida comissão foi denominado *Nosso Futuro Comum* e tem como núcleo central a formulação dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Conforme o relatório apresenta, em sua essência:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1998, p. 49).

O que percebemos, a partir desse conceito, são objetivos, tais como: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos ostensivo em matérias-primas e energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

Em seu livro *A Teia da Vida*, Capra (1996) proporciona uma nova base para políticas ecológicas que permitam construir e sustentar comunidades sem colocar em risco as oportunidades para as futuras gerações.

O novo paradigma - uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade e que estabelece uma visão particular da realidade – pode ser chamado de uma visão holística de mundo, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado em um sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza e, em última análise, somos dependentes desses processos (Capra, 1996, p. 25).

A transição para um novo paradigma de desenvolvimento não só demanda novas concepções e percepções, como também propostas da relação entre sociedade e natureza.

A proposta contemporânea de desenvolvimento sustentável tende a aumentar a necessidade do planejamento, como instrumento fundamental para orientar o futuro. O planejamento do Estado – como agente regulador – ganha relevância, assume novos papéis e torna-se vital na medida em que a sociedade se oriente para um novo estilo de desenvolvimento, que busque a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social (Buarque, 2002).

O desenvolvimento sustentável, como se percebe, vem sendo utilizado de diferentes formas. Ele abrange diferentes aspectos, desde a construção de um novo estilo de vida, com uma nova visão de mundo, passando por uma formação de uma nova ética com compromissos, entre o presente e o futuro, até um processo de desenvolvimento que favoreça a equidade social, e que sejam ecologicamente corretos.

Apesar de ser um conceito recente, essa temática tem se composto de forma bastante controversa e ambígua, existe uma corrente muito grande de críticas, pois não se pode identificar qualquer sintoma de sustentabilidade na ordem sócio-econômica atual, uma vez que, nem o mercado nem a regulação estatal, são capazes de produzir os bens públicos característicos de uma sociedade ambientalmente sustentável.

As ações que vêm se desenvolvendo em apoio às iniciativas de desenvolvimento local ou regional integrado e sustentável, têm como centro as inovações no padrão estratégico das políticas públicas, associadas à ênfase nas potencialidades locais.

Conforme tem sido abordado por vários autores, as novas tecnologias da informação e da comunicação estão influenciando todos os processos produtivos, as formas de organização do trabalho, da gestão empresarial, dos modos de regulação dos processos socioeconômicos. Em tais condições, é necessário pensar além do “espaço” como suporte geográfico, já que o essencial é como introduzir inovações organizacionais, para o qual é preciso definir as novas formas de ação das administrações públicas, que devem incentivar o fomento produtivo e a negociação estratégica entre atores que buscam o desenvolvimento sustentável em nível regional ou local.

A implementação das políticas de ordenamento territorial que visam ao seu desenvolvimento sustentável, deixa clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: primeiro, o seu caráter político – no jogo entre os macro-poderes políticos institucionalizados e os micro poderes produzidos e vividos no cotidiano das populações; segundo, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e os grupos sociais em sua vivência concreta, capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas dimensões (Haesbaert, 2004).

Na formação de um território, há uma busca que articula uma política com referências ao desenvolvimento territorial sustentável. Contudo, esse desenvolvimento só tem servido a ocidentalização do mundo, a exploração capitalista e a destruição da etnodiversidade. Fica claro que o desenvolvimento mesmo sustentável acaba por defender sempre os interesses capitalistas.

O grande problema cultural do desenvolvimento sustentável é que o mesmo está atrelado e enraizado na modernidade, em que se acredita que o desenvolvimento leva à modernização e a consequente melhoria nos aspectos sócio-econômicos da população. Maluf (2000) aponta que o desenvolvimento constitui-se numa das materializações da modernidade, com a ideia de progresso, conferindo um sentido positivo a ambas.

Desenvolvimento sustentável é o mote dos encontros internacionais dos últimos anos, em vista de uma alternativa urgente dos efeitos nefastos do desenvolvimento não sustentável. Mas observamos que desenvolvimento é um termo que remete às ciências sociais e à economia, levando a uma transformação artificial dos habitats da natureza, ao funcionamento, urbano, do ambiente construído. E sustentável é um termo próprio da biologia, expressando o funcionamento dos ciclos naturais, nos ecossistemas flexíveis e em equilíbrio, conforme assinala Pelizzoli (1999):

... o desenvolvimento econômico – e social – reporta-se ao modo como a cultura e a racionalidade (desde nossa ciência e tecnologia) do Ocidente no capitalismo, no seu anseio evidente de dominação e transformação desta em um mundo de produção e bens sociomateriais determinado. São acontecimentos que se somaram para gerar cada vez mais situações e recorrências artificiais e imprevisíveis em nível de impactos, alterando a sustentabilidade e as relações sociais ou socioambientais (Pelizzoli, 1999, p. 102).

A sustentabilidade de uma região não se constrói apenas a partir da dimensão econômica, mas da social e da cultural. Portanto, uma coletividade cujos membros não se sentem unidos em torno de um projeto comum, é uma comunidade que não resiste às pressões econômicas e sociais vindas de fora, deixa então de existir a identidade cultural, tão necessária à implementação de sua própria sustentabilidade.

Ainda quando Pelizzoli (1999) reflete sobre as sociedades de poucos séculos atrás, ou refere-se às colônias do interior da América Latina, ele afirma que:

... o que consideramos em muitos aspectos sustentável, veremos nitidamente que se resguardou uma outra noção de desenvolvimento, bastante diferente do crescimento econômico na base do modelo de produção (...) que imperou no mundo já a partir da Revolução industrial. Este crescimento moderno tem sido engendrado sempre a partir da dilapidação dos recursos naturais, da acumulação de bens, da transformação material excludente, com uma produção inevitável de resíduos, poluentes e desequilíbrio ecológico, e – com o que chamamos de “capitalismo” – na base de uma exclusão social inerente à lógica do sistema (Pelizzoli, 1999, p. 103).

O grande problema está na abordagem do desenvolvimento, em que os recursos culturais não são explicitamente percebidos como fator que pode favorecer o desenvolvimento de um local. O que sempre é levado em consideração em termo de desenvolvimento é a abordagem econômica, com análise de fontes de emprego e renda.

Um dos fatores que geram esse problema é o desenvolvimento do capitalismo e sua fase de maior representatividade – a globalização – que fazem com que haja o desaparecimento de uma ordem de valores com um forte processo de individualização, além das questões econômicas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, que muitas vezes se apresentam de forma contraditória, a qual será abordada a seguir.

A ABORDAGEM ECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preocupação atual com relação ao desenvolvimento sustentável envolve interesses capitalistas, com o uso sustentável dos recursos naturais do planeta. Porém, num mundo onde a pobreza e a injustiça social são graves, é provável que ocorram crises ecológicas e de ordem social; portanto, é necessária uma atuação diretamente sobre a base dos problemas, e não somente uma mudança nas causas, solucionando dessa forma, a questão superficialmente.

Para implantar a sustentabilidade é preciso entender, primeiramente, a necessidade de mudar as formas de uso dos recursos naturais, um de seus principais fundamentos, e entender as contradições existentes, entre as relações da sociedade com a natureza, sob a égide do capitalismo. Considerando que:

Os problemas ecológicos parecem, à primeira vista, referir-se apenas às relações homem/natureza e não às relações dos homens entre si. É preciso ter cuidado para não ocultar a existência de contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito às formas como o homem em sociedade se apropria da natureza (Rodrigues, 1998, p. 14).

A apropriação da natureza é feita, muitas vezes, de forma destrutiva, pois em geral não visa ao seu aproveitamento de forma sustentável, pois se considera os custos que poderiam ser incluídos para o uso adequado dos recursos, fato que poderia levar a diminuição dos lucros.

As alterações na natureza justificam-se pela necessidade do progresso pela acumulação de capital e expansão do desenvolvimento econômico, porém seu uso adequado é indispensável, pois:

Os recursos naturais são a base do desenvolvimento econômico; proteção ambiental e desenvolvimento econômico são inseparáveis. [...] Economia sem pronto acesso à adequação de recursos naturais, ou uso apropriado dos mesmos, tende a ser frágil e pouco sólida. (Corson, 2002, p. 48).

Há, portanto, uma dependência entre economia e recursos naturais que, até o presente momento, o desenvolvimento de uma ocorre em detrimento do outro, e o capitalismo com a sua força, tende a ultrapassar tudo que lhe parecer impedimento ao seu crescimento, interferindo também na questão ambiental, principalmente pela exploração dos recursos naturais, conforme mostra Ianni (2001):

Ocorre que o capitalismo é um processo simultaneamente social, econômico, político e cultural de amplas proporções, complexo e contraditório, mais ou menos inexorável, avassalador. Influencia todas as formas de organização do trabalho e vida social com as quais entra em contato (Ianni, 2001, p. 56).

O capitalismo interfere de maneira premeditada, pois seguindo a linha da corrente econômica de desenvolvimento, busca responder aos problemas ecológicos através do aumento do consumo e lucratividade, deixando aos consumidores a responsabilidade de ter uma consciência ecológica, esperando que, na medida em que os consumidores manifestassem essa consciência em suas decisões de compra, o mercado responderia a esta demanda com a oferta crescente de produtos e serviços ecológicos.

Porém, talvez seja essa valorização do consumismo e do economicismo, inerente ao modelo neoliberal, que impede a formação da consciência ecológica, por sua vez necessária para que a demanda por produtos ecologicamente mais sustentáveis possa aumentar (Frey, 2001).

Segundo esse contexto, tal abordagem dentro do desenvolvimento sustentável, defende o crescimento econômico dos países, pois considera que a esfera econômica servirá de base para a sustentabilidade, e vê a pobreza como um fator de impedimento deste desenvolvimento.

Certamente essa visão, é apoiada pelos economistas e grandes capitalistas, sendo que “na maioria das vezes, as pessoas responsáveis pela administração dos recursos naturais e proteção do meio ambiente estão organizadas separadamente, longe dos responsáveis pela direção da economia” (Corson, 2002, p. 54). E aqueles que detêm o capital não desejam abrir mão de suas conquistas econômicas e nem frear a sua busca incessante pelo lucro, pois no atual sistema econômico tal objetivo aparece sempre em primeiro lugar e, conforme Smith (1988):

A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino das coisas (Smith, 1988, p. 94).

Dentro dessa lógica, que visa a um desenvolvimento que pode ser questionado, pois defende apenas o econômico, ignorando suas outras dimensões, criou-se uma cultura onde a cidade representa o desenvolvimento, elevando o crescimento urbano, que segue o crescimento da indústria, e que pode ser visto como um dos maiores fenômenos do desenvolvimento. Tais fenômenos afetam, em muitos aspectos, o meio ambiente, incluindo a exploração e extração de matérias-primas, os processos de produção, o consumo de energia, a geração de lixo e o uso e descarga dos produtos por parte dos consumidores (Corson, 2002). E esse crescimento torna-se um problema, pois:

No Terceiro Mundo, poucos governos podem prover moradia adequada, água potável, saneamento, escolas, transporte e outros serviços a tais populações em crescimento. Áreas mal planejadas se expandem, construções se tornam decrépitas, e a poluição degrada o ar e contamina os locais de fornecimento de água (Corson, 2002, p. 50).

É possível notar, então, a relação entre o aumento demográfico e a degradação do meio ambiente. Contudo, é importante ressaltar que não podemos atrelar os problemas ambientais única e exclusivamente ao aumento da população, mas sim problematizar essa concentração populacional nas cidades capitalistas, no contexto das desigualdades sociais, na estratificação social e, sobretudo, na distribuição desigual de renda. Principalmente, porque ao materializar na paisagem urbana essas diferenças sociais, percebe-se também a desigualdade ambiental, uma vez que não há uma socialização dos problemas ambientais entre a população, pelo contrário, é a população mais carente que acaba por ocupar os locais mais degradados e a sofrer mais diretamente com os problemas ambientais (Morato, 2005).

Porém a corrente econômica, baseada no Relatório Brundtlandt, tem seu ponto de partida na tese de uma correlação negativa entre pobreza e desenvolvimento sustentável, o que exclui a possibilidade de uma vida sustentável em condições de pobreza, sendo dessa maneira, primordial o crescimento econômico para que o desenvolvimento sustentável possa ser implantado (Frey, 2001).

Seguindo, ainda os apontamentos de Frey (2001), o neoliberalismo em todas as partes do mundo, trouxe de volta um clima favorável ao economicismo e um discurso público irrefletido que propaga um crescimento econômico desenfreado e privilegia a questão da geração de emprego a qualquer custo, em detrimento às preocupações acerca da sustentabilidade.

Os fundamentos de que o crescimento econômico deve ser a sustentação, até que se chegue a padrões sustentáveis, é contraditória, pois a distribuição da renda é desigual, e mesmo com o crescimento da economia, os pobres continuam a ser pobres e a viver em condições de insustentabilidade. Crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico podem contribuir na melhoria de algumas condições sustentáveis, porém não são capazes de alterar a lógica do sistema capitalista de produção.

É difícil tratar sobre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, pois são considerados por muitos, como incompatíveis, sendo que os interesses dos lugares são diferentes.

Neste caso, ao se pensar de forma sustentável, é necessário considerar as especificidades de cada local num diálogo que tenha representatividade os interesses dos lugares, sobretudo, quando estes sofrem pressões externas. O que significa a valorização local, dentro de uma lógica que não só o global é levado em consideração, mas, sobretudo aqueles que sentem mais os efeitos dos processos mais amplos, os que vivem o regional e o local, questão que abordaremos a seguir.

A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

O debate sobre a importância dos estudos locais vem sendo reforçado, no contexto do desenvolvimento, porém antes de abordarmos essa questão, é necessário discutir o conceito de desenvolvimento adotado, que será o de Buarque (2002):

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a

base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (Buarque, 2002, p. 25).

Conforme esse conceito deve levar em conta diversos elementos locais, para que possa haver um desenvolvimento econômico local que venha a ser sustentável. Porém, levando em consideração os elementos de uma cultura, esses podem ou não ter o mesmo significado para outra, já que essa classificação envolve aspectos da própria de vida de cada grupo. Sendo assim, ser desenvolvido para a sociedade ocidental “americanizada” pode não ser o mesmo para outra qualquer (oriental, indígena, quilombolas, etc). Aqui percebemos o conflito quando um grupo que possui valores diferentes entra em contato com outro, sobretudo quando acredita ser superior “tecnicamente”, “intelectualmente”, como ocorreu quando os europeus chegaram a América.

Nessa perspectiva, quando falamos de desenvolvimento local, precisamos, sobretudo entender como as pessoas de cada lugar, entendem como desenvolvimento. Ocorre que, mesmo numa escala reduzida, as sociedades têm em seu interior, conflitos de interesse, que podem ser consideradas como contradições. Ou seja, se apenas uma pequena parcela dessa sociedade, possui o poder e buscam se sobrepor aos do coletivo, também não haveremos de apreendermos que sua manifestação representa o conjunto.

Outra grave situação da dificuldade do desenvolvimento local é que o global se impõe sobre o local. O local é um território e o global é mais abstrato e é determinado pelos Estados Centrais. O “industrialismo”, as tecnologias convencionais e o livre mercado são inseridos entre nós com toda a legitimidade possível, no foco do mito do progresso e bem-estar social proposto pelas últimas reformas do capitalismo para os países menos privilegiados financeiramente.

O desenvolvimento colocou-se à margem de qualquer controle e decisão democrático-política. O capitalismo continua atrasado, no sentido de buscar atrair o mesmo “industrialismo” problemático, enquanto que em muitos países avançados já se busca alternativas para esse modelo desenvolvimentista insustentável.

O entendimento das principais dinâmicas que regem as inter-relações entre as esferas local e global, neste período contemporâneo, mostra-se fundamental para se analisar as diferentes práticas e intervenções voltadas à construção da sustentabilidade local (Giddens, 1991).

Visto que, quanto mais à localidade abdica sua identidade cultural em prol de um modelo de desenvolvimento globalizado, mais ele sofrerá para assumir o protagonismo e a inserção de desenvolvimento mais duradouro e menos excludente.

Souza (1996) diz que a coletividade deve ter gestão autônoma na questão da gestão dos recursos contidos em seu território, que o espaço deve ser por ela controlado e influenciado. Ao que parece, num primeiro momento, a política de desenvolvimento sustentável que deveria ser construída com a base local revela-se como um conjunto de medidas impostas globalmente para a localidade. E, talvez pior, sem atentar para as especificidades de cada local. Temos assim nas palavras de Souza o seguinte:

Um aspecto crucial, de toda maneira, é que a perspectiva do desenvolvimento sócio-espacial não autoriza a extração de receitas de desenvolvimento a partir da análise de problemas envolvendo culturas distintas daquela do próprio analista; a elaboração de “soluções”, a definição de prioridades etc. é algo que compete, em última instância, à própria coletividade envolvida (Souza, 1996, p. 18).

Uma característica importante é a questão da justiça social e de ações voltadas para uma estratégia na busca da equidade social. Com relação a esse aspecto, Diegues (1992) defende também que cada sociedade terá que construir sua própria sustentabilidade, discute ainda se é realmente o modelo das sociedades industriais o almejado desenvolvimento sustentável. Para tanto argumenta:

Os conceitos de desenvolvimento e mesmo o chamado “sustentado” se baseiam na necessidade de se atingir o grau de “desenvolvimento” atingido pelas sociedades industrializadas. Está cada vez mais claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades baseado num consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais (...) é igualmente insustentável a médio e longo prazo (Diegues, 1992, p. 26).

O desenvolvimento regional sempre envolve uma maior pressão sobre os recursos, já que conduz a padrões de consumo mais elevados, isso oferece dificuldades para assegurar a sustentabilidade. Ou seja, qualquer desenvolvimento, inclusive o sustentável, aumenta as pressões sobre o ambiente natural e retira do desenvolvimento sustentável o status de um harmonioso fim da história (Claval apud Drummond, 1999). Assim, o desenvolvimento sustentável regional é ditado pelo global, sugerido de acordo com as necessidades de um suposto “mercado global”.

O desafio inicial, para que a aplicação da sustentabilidade a nível regional ou local, é primeiramente político e ideológico. O padrão econômico e o regime político

que sustentam a sociedade estão ainda ancorados no capitalismo, e sua superação sequer remotamente, encontra-se no horizonte (Navarro, 2001).

Igualmente, as organizações regionais se encontram imersas em profundas incertezas ideológicas, sem poder se constituir em forças anticapitalistas – o que seria improvável – nem mesmo se posicionando como eficazes reformadoras do modelo atual de sistema econômico e social.

Além disso, atualmente não há mais um Estado capaz de comandar uma intervenção frente ao atual modelo vigente. Isso somado aos impactos da privatização e dos desmontes de assistência promovidos pelos setores governamentais vem restringindo fortemente as chances de propor uma efetiva política de desenvolvimento que vise a sustentabilidade.

Para tanto, formulam-se planos modernizantes, integradores de componentes mecânicos, ativados pela tecnologia e pelo investimento produtivo. Isso condicionou um olhar vazio sobre o desenvolvimento regional. Todos observam ações fragmentadas dos setores e instituições que se apresentam desarticuladas, da ênfase nas obras de infra-estrutura, da participação instrumentalizada, das cidadanias passivas, do clientelismo e do assistencialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações hoje, em andamento, por mais que já tenham causado algum efeito, estão muito aquém do que poderíamos considerar como um modelo de sustentabilidade. Os avanços no sentido de discutir o modelo atual, vieram mais dos setores negligenciados pela sociedade (Movimentos sociais dos trabalhadores, feministas, indígenas, quilombolas) do que de políticas governamentais sob o nome de desenvolvimento sustentável. Pois esses grupos têm buscado enfrentar os dominantes, dialogando e, mesmo que ainda de forma insuficiente, ser ouvidos.

Nos diversos territórios não se pode identificar qualquer sintoma de sustentabilidade na ordem sócio-econômica atual, que continua dominada pelo neoliberalismo. Nem o mercado, nem a regulação estatal são hoje capazes de produzir uma sociedade sustentável. Isso se percebe porque os critérios de racionalidade, no uso dos recursos naturais não são característicos das economias e dos valores produtivos de hoje.

Pensar em sustentabilidade requer, em primeiro lugar, refletir sobre a real qualidade de vida, e não apenas na quantidade de produtos a serem consumidos e acumulados pelos indivíduos. Ao mesmo tempo comparam a natureza a um local de

abundância, onde os produtos podem ser tomados independentemente de suas características e possibilidades de renovação e, de sua articulação com outros produtos.

Apesar de que o assunto referente ao desenvolvimento sustentável ser tema de indiscutível importância, percebem-se cada vez mais contradições, do que avanços. O resultado disso continua sendo um desarranjo ambíguo, uma construção mal formulada. Visto que muitos desses esquemas de intervenção, com vistas ao desenvolvimento levam a fragmentação do social, alimentando as desigualdades entre grupos sociais e territórios. Nessa perspectiva, é preciso realmente buscar formar possíveis de implantar um modelo sustentável de desenvolvimento para que este não venha a se tornar apenas um mito de nossos tempos.

REFERÊNCIAS

- BUARQUE, S. C. 2002. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 177 p.
- CAPRA, F. 1996. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 256 p.
- CMMAD. 1998. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 430 p.
- CORSON, W. H. 2002. **Manual global de ecologia**: o que você pode fazer a respeito do meio ambiente. 4. ed. São Paulo: Augustos, 413 p.
- DIEGUES, A. C. 1992. Desenvolvimento sustentado ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, 6(2):22-30.
- DRUMMOND, J. A. 1999. Desenvolvimento sustentável: debates em torno de um conceito problemático. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 5(3):755-761.
- FARIA, O. M. 2002. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Z. (Org.) **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri: Monole, p. 3-16.
- FREY, K. 2001. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, IV(9):115-148.
- GIDDENS, A. 1991. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 177 p.
- HAESBAERT, R. 2004. Des-caminhos e perspectivas do Território. In: RIBAS, SPOSITO e SAQUET (Orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 87-120.

- IANNI, O. 2001. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 271 p.
- MALUF, R. S. 2000. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15(15):53-86.
- MORATO, R. G. et al. 2005. Geoprocessamento para a análise da desigualdade ambiental na subprefeitura do Butantã. In: IX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 2005, São Paulo. p. 2331-2338.
- NAVARRO, Z. 2001. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15(43):83-100.
- ONU. 1972. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo: Organização das Nações Unidas, 7 p.
- PELIZZOLI, M. L. 1999. **A emergência do paradigma ecológico**: reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis: Vozes, 160 p.
- RODRIGUES, A. M. 1998. **Produção e consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 240 p.
- SEARRA FILHO, G. 2000. Educação Ambiental: questões metodológicas. **Revista Ambiente**, 6(1):45-48.
- SMITH, N. 1988. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 286 p.
- SOUZA, M. L. de. 1996. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, 1(1):31-46.